Resumo da sessão 2 sobre a componente “S” –Social - do curso da NOVA sobre ESG Due Diligence and Reporting

Coordenação: Claire Bright
Assistente: Malindi Assubuji

Oradoras:

- **Dra. Julia Batho:** Vice-diretora executiva do Institute for Human Rights and Business.
- **Dra. Ana Cláudia Coelho:** Sustainability and Climate Change Partner, PwC Portugal.
- **Professora Madalena Perestrelo de Oliveira:** Professora Auxiliar FDUL/ Consultora Sénior PLMJ
- **Dra. Rita Romão:** Advogada, Associada sénior na área de Bancário e Financeiro e Mercado de Capitais da PLMJ.

1. Normas Internacionais do Trabalho (OIT) e Conduta Empresarial Responsável

A Dra. Júlia Bato, apresentou as normas internacionais do trabalho e sua importância para a melhoria das condições laborais a nível global, com destaque para os princípios fundamentais da OIT:

- As convenções fundamentais sobre trabalho infantil (nº 138 e 182) e trabalho forçado (nº 29);
- A importância de compreender a definição e o espectro do trabalho forçado, frequentemente associado apenas a imagens extremas;
- O papel das empresas na identificação, prevenção e remediação destes riscos;
- Exemplo de boa prática: o programa da Nestlé de combate ao trabalho infantil na cadeia de fornecimento de cacau na Costa do Marfim.
-

2. Reporting Social segundo a Diretiva CSRD e Normas ESRS

A Dra Ana Cláudia Coelho apresentou os requisitos de reporte social previstos na CSRD:

- Aplicação da dupla materialidade (impactos e riscos financeiros);
- Normas ESRS, especialmente as relacionadas com:
  - Trabalhadores diretos e indiretos;
  - Trabalhadores na cadeia de valor;
  - Comunidades afetadas;

- Consumidores e utilizadores finais;
- Enfoque qualitativo e quantitativo, incluindo métricas como diversidade, saúde e segurança, proteção social, e salário adequado;
- A necessidade de avaliar e relatar os impactos sociais ao longo da cadeia de valor, mesmo em operações indiretas.

3. A Diretiva CS3D e os Direitos Humanos nas Cadeias de Atividades

As advogadas Madalena Perestrello e Rita Romão (PLMJ) abordaram a nova Diretiva sobre Devida Diligência Empresarial em Sustentabilidade (CS3D):

- Obrigações das empresas em identificar, prevenir, mitigar e cessar impactos adversos em direitos humanos e meio ambiente;
- Aplicação direta a empresas com +1000 colaboradores e €450M em volume de negócios, e também a empresas de países terceiros com operações relevantes na UE;
- Necessidade de mapeamento e envolvimento com parceiros da cadeia de valor, incluindo os níveis (tiers) 2, 3, entre outros;
- Medidas possíveis incluem: planos de ação, cláusulas contratuais, formação, auditorias e, como último recurso, cessação de relações contratuais;
- Críticas e riscos do pacote Omnibus, que pode limitar a eficácia da *due diligence* ao restringir a abrangência a parceiros diretos.

Encerramento

A sessão destacou o papel central das empresas na proteção dos direitos humanos e a crescente exigência regulatória de integrar esses aspetos nos processos de devida diligência e reporte. A transparência, o envolvimento com os stakeholders e a ação preventiva foram apontados como elementos-chave para uma conduta empresarial verdadeiramente responsável.